



FUNDO DE SOLIDARIEDADE

INTRODUÇÃO

A Federação Portuguesa de Columbofilia, para além do cumprimento das suas funções institucionalmente previstas é também e, sobretudo, uma entidade agregadora de desportistas amadores praticantes do desporto columbófilo.

Columbófilos que, sendo humanos, são vulneráveis às contingências da própria vida e sujeitos passíveis de situações de infortúnio, as quais, pela sua violência, imprevisão ou circunstâncias em que ocorrem, não raras vezes, geram alterações no modo de vivência das suas vítimas, não lhes propiciando condições que possibilitem a prática da columbofilia.

SOLIDARIEDADE

A Federação Portuguesa de Columbofilia, sensível a estas situações, deve também procurar e cultivar preocupações de solidariedade e encontrar as melhores soluções, com vista a minorar os efeitos emergentes dos acidentes ou eventuais catástrofes de que estes columbófilos sejam vítimas.

Assim, com vista à obtenção destes objetivos, foi constituído na Federação Portuguesa de Columbofilia, um Fundo de Solidariedade que se regerá pelas seguintes disposições:

OBJETIVOS

O Fundo de Solidariedade tem como objetivo propiciar aos columbófilos, através de atribuição de subsídios, condições mínimas de continuar a prática desportiva.

BENEFICIÁRIOS

São beneficiários do Fundo de Solidariedade os columbófilos com inscrição em vigor. Consideram-se com a inscrição em vigor, os columbófilos federados com as quotas pagas em dia.



SITUAÇÕES ABRANGIDAS

Encontram-se abrangidas pelo Fundo de Solidariedade as situações de acidente ou outras vicissitudes sofridas pelo columbófilo das quais resultem incapacidade parcial ou perda de condições materiais para a prática desportiva, desde que justificadas perante a Federação Portuguesa de Columbofilia.

Considera-se manifesta insuficiência de rendimentos para a prática desportiva columbófila, ou recuperação de perda material resultante de catástrofe ou outras, quando os rendimentos mensais do agregado familiar forem inferiores ao ordenado mínimo nacional.

ATRIBUIÇÃO

As importâncias a atribuir serão fixadas casuisticamente, após apresentação e decisão da Direção da Federação Portuguesa de Columbofilia, em função da gravidade da situação, bem como de quaisquer outras circunstâncias que possam integrar a incapacidade de obter rendimentos, assumindo sempre qualquer apoio, a natureza de subsídio único, nunca superior a mil euros.

REQUERIMENTO

O requerimento para atribuição de subsídios do Fundo de Solidariedade é dirigido pelo interessado, ou quem legalmente o represente, ao Presidente da Federação Portuguesa de Columbofilia e será instruído com os seguintes documentos:

- a) Descrição e comprovativo do acidente, catástrofe ou calamidade ocorrida.
- b) Comprovativo dos rendimentos do agregado familiar através da declaração do IRS entregue no último ano;

Em qualquer circunstância, a Federação Portuguesa de Columbofilia reserva-se ao direito de usar dos meios necessários à comprovação dos elementos declarados.



INSTRUÇÃO DO PROCESSO

Recebido o requerimento, o Presidente mandá-lo-á instruir com a documentação ou informações existentes ou, na sua ausência, caso o julgue necessário, oficiará a sua recolha pelos serviços administrativos da Federação Portuguesa de Columbofilia.

DELIBERAÇÃO

Instruído o processo será o mesmo objeto de análise e deliberação pela Direção da Federação Portuguesa de Columbofilia, o qual determinará o montante do subsídio.

O pagamento do apoio concedido é efetuado por transferência bancária ou cheque bancário.

COMUNICAÇÃO

A Direção da Federação Portuguesa de Columbofilia, nos 8 dias imediatos à deliberação comunicará ao requerente o resultado da deliberação.

FINANCIAMENTO

A dotação do Fundo de Solidariedade provém do orçamento da Federação Portuguesa de Columbofilia.

LIMITES

O limite anual de subsídios a atribuir pelo Fundo de Solidariedade não pode ser superior à dotação prevista no orçamento da Federação Portuguesa de Columbofilia.

OBRIGAÇÕES DOS BENEFICIÁRIOS

Os beneficiários do Fundo de Solidariedade da Federação Portuguesa de Columbofilia são obrigados a participar ao Presidente da Federação Portuguesa de Columbofilia, no prazo de quinze dias:

- a) Qualquer alteração na composição ou rendimentos do agregado familiar ocorrido no período de análise e estudo de atribuição do subsídio / apoio;



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CUMBOFILIA - RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

- b) Os fatos que, pela sua natureza, desvirtuem os princípios subjacentes à criação e funcionamento do Fundo de Solidariedade da Federação Portuguesa de Columbofilia, nomeadamente aqueles que influenciem a situação patrimonial do agregado familiar;
- c) Qualquer alteração na sua morada ou endereço postal.

REEMBOLSO

No prazo de trinta dias a contar da notificação, será reembolsado à Federação Portuguesa de Columbofilia o subsídio indevidamente recebido.

Considera-se subsídio indevidamente recebido, as seguintes situações:

- a) Subsídio atribuído com base em falsas declarações ou documentos viciados;
- b) O beneficiário não dê cumprimento ao estabelecido nas alíneas a) e b) do artigo 11.º do Regulamento do Fundo de Solidariedade;

O reembolso do subsídio indevidamente atribuído é deliberado pela Direção, sendo o seu incumprimento no prazo previsto no Regulamento, passível dos procedimentos de natureza disciplinar.

INTERPRETAÇÃO

Quaisquer lacunas ou divergências relativas à interpretação do regulamento serão resolvidas pela Direção da Federação Portuguesa de Columbofilia.

Durante o ano de 2017 foram concedidos vários apoios a columbófilos das Associações de Aveiro, Portalegre e Viana do Castelo, que personificam situações de carácter social / familiar de grande dificuldade, bem como a pessoas portadoras de deficiência com rendimentos muito baixos.